# Brasília-DF



**ROSANA HESSEL (INTERINA)**
*rohessel@gmail.com*

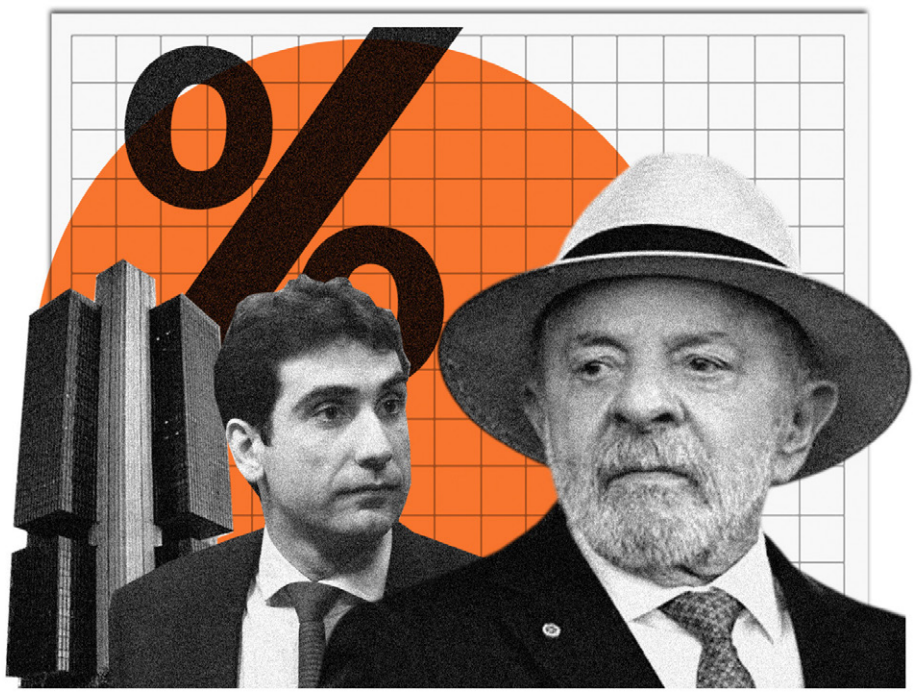
# BC reforça alerta sobre questão fiscal

Como esperado pelo mercado financeiro, e na contramão da expectativa do setor produtivo, o Banco Central (BC) decidiu, ontem, manter a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano, interrompendo o ciclo de cortes nos juros iniciado em março. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi unânime. E, em meio às pressões de governistas, reforçou a independência do colegiado presidido por Gabriel Galípolo. Ao justificar a decisão no comunicado, o Copom destacou o cenário mais desafiador, a desancoragem das expectativas "por um período mais prolongado" e o dólar mais valorizado após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de piorar as projeções para inflação até o segundo trimestre de 2028, o BC deixou clara a preocupação com o descasamento entre as políticas fiscal e monetária. "O Comitê segue acompanhando como os desenvolvimentos da política fiscal doméstica impactam a política monetária e os ativos financeiros, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza", informou a nota.

Assim, os juros seguem em patamar restritivo para a atividade econômica e o BC não sinaliza se haverá retomada de cortes na última reunião do ano do Copom, dias 8 e 9 de dezembro. Analistas destacam essa falta de sinalização com a retirada da palavra "calibragem" do comunicado. "A taxa de juros no atual patamar também preocupa bastante, especialmente com as projeções para a inflação sendo revisadas para um cenário muito mais pessimista neste ano e nos próximos", comentou o economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Rogério Sobreira, economista-chefe do Banco do Nordeste (BNB), reconheceu que o BC preferiu manter-se cauteloso, mesmo depois da derrota do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nas eleições de meio de mandato. Para ele, o BC manterá a Selic em 13,75% ao ano em dezembro, "preservando uma postura cautelosa e dependente da evolução dos indicadores econômicos". A retomada de cortes só ocorrerá em janeiro de 2027, segundo ele, apenas se houver "continuidade da desaceleração da atividade, acomodação das expectativas de inflação e a redução das incertezas fiscais e externas".



## Só vendo para crer

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz um pronunciamento, neste domingo, para apresentar um plano com possíveis medidas de ajustes. Uma forma de tentar acalmar o mercado financeiro, que vem demandando alguma sinalização de comprometimento com o equilíbrio fiscal, e demonstrando mau humor por ter apostado no perdedor, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — que fugiu para os Estados Unidos. Mas especialistas e analistas ouvidos pela coluna estão como São Tomé — "esperando ver para crer". Os dados recentes mostram que o problema fiscal é grave e as contas deste ano, e do próximo, não fecham. Diante dos rombos fiscais sucessivos, a dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) não para de crescer, atingindo, em setembro, 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), maior patamar desde março de 2021, conforme dados do BC.

## Ploa e PLDO para 2027

Os projetos de Lei Orçamentária Anual (Ploa) e de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano ainda estão parados no Congresso. Especialistas não cansam de alertar sobre as estimativas otimistas da econômica atual, que precisam ser revisadas, pois as contas não fecham. Segundo um técnico do Legislativo, dificilmente as propostas serão aprovadas neste ano. Ao menos, o relator do Orçamento está definido, o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Mas o do PLDO, que precisa ser aprovado antes, ainda segue sem definição. O nome mais cotado é o do senador Eduardo Gomes (PL-TO). "A votação do Orçamento de 2027 é incerta. Só Deus sabe como vai ser fechado com as promessas de campanha do presidente Lula, sem fontes de recursos efetivas", alertou o economista Ecio Costa, da UFPE.

## Buraco de R$ 50 bi pelo menos

Analistas reconhecem que a peça orçamentária de 2027 não tem espaço fiscal para absorver todos os pacotes de aumento de gastos anunciados por Lula na campanha eleitoral, como o reajuste do Bolsa Família, a tarifa zero no transporte público, os perdões de dívidas nos vários programas Desenrola, entre outros. A Instituição Fiscal Independente está fazendo os cálculos e, segundo o diretor da IFI, Alexandre Andrade, os dados preliminares apontam que, pelo menos, R$ 50 bilhões dessas despesas que não cabem no Orçamento. "Não vai ser fácil ajustar esse Orçamento", disse, em entrevista à coluna. Aliás, a IFI comemora 10 anos de existência em evento dia 10, em uma roda de conversa, na Biblioteca do Senado, a partir das 18h.

## Fraude de R$ 30 bi no combustível

O presidente do Instituto Combustível Legal, Emerson Kapaz, participa, hoje, da Convenção Livre Mercado, em Brasília, com uma solicitação direta ao Congresso: combater as brechas que alimentam fraudes bilionárias no setor de combustíveis. Estimativas do ICL apontam cerca de R$ 30 bilhões anuais em perdas ligadas a ilegalidades no setor. No encontro, Kapaz defenderá o avanço do PLP 109/25, que amplia o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a informações fiscais para fortalecer a fiscalização, e do PL 399/25, voltado ao endurecimento das punições contra irregularidades e adulteração.

**APOSTAS NAS BETS**

# Cobrança para ouvir famílias

Especialistas defendem que pessoas mais impactadas participem do debate. Discussão de MP que proibiu a atividade avança no Senado

» ALÍCIA BERNARDES

A audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir os impactos da proibição das apostas de quota fixa, as chamadas bets, ampliou o debate sobre os efeitos econômicos e sociais da atividade, mas também deixou questionamentos sobre a participação das famílias atingidas pelo vício em jogos. Após dois dias de discussões, representantes do setor contestaram a relação direta entre as plataformas e o endividamento dos brasileiros, enquanto especialistas em direito apontaram a necessidade de equilibrar os argumentos econômicos com a proteção à saúde e aos consumidores.

Na avaliação da advogada Samantha Louzeiro, especialista em direito administrativo e regulatório, o debate precisa considerar todos os setores envolvidos, especialmente as pessoas que enfrentam consequências financeiras e emocionais relacionadas às apostas. Para ela, embora a audiência seja um instrumento legítimo para reunir informações que subsidiem a decisão do Supremo, a participação de empresas, clubes e agentes econômicos não substitui a escuta direta da sociedade civil. A especialista ressaltou que entidades de defesa do consumidor solicitaram participação, mas não foram incluídas na programação inicial.

A ausência, segundo Louzeiro, pode produzir um desequilíbrio na compreensão dos impactos da atividade. Ela ponderou que os efeitos econômicos sobre clubes e empresas aparecem em contratos, receitas e projeções financeiras, enquanto os prejuízos familiares costumam se manifestar gradualmente, em contas atrasadas, empréstimos e conflitos domésticos.

"A proteção das famílias não pode ser tratada como uma questão secundária diante dos interesses econômicos", avaliou.

> **A proteção das famílias não pode ser tratada como uma questão secundária diante dos interesses econômicos"**
>
> ***Samantha Louzeiro,*** *advogada*

O professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira também chamou atenção para a diferença entre os argumentos apresentados pelos setores econômicos e a realidade vivida pelos consumidores. Na avaliação dele, a manifestação de órgãos públicos sobre o endividamento e a saúde não substitui a participação direta de pessoas afetadas e de seus familiares. O especialista defendeu que o Supremo considere dados sobre saúde e comprometimento da renda, além de ouvir, com proteção de identidade, pessoas que enfrentaram problemas relacionados às apostas.

Moreira ponderou que a preservação de empregos, patrocínios e investimentos deve ser considerada, mas não pode, isoladamente, justificar a continuidade da atividade. Para ele, a questão central é avaliar se uma regulamentação rigorosa, acompanhada de fiscalização efetiva, seria capaz de reduzir os danos sociais de maneira comparável à proibição. Entre as medidas que poderiam ser exigidas em eventual retomada das operações, citou limites obrigatórios de depósitos e perdas, mecanismos de autoexclusão centralizada, verificação de idade e restrições à publicidade.

Enquanto o Supremo reúne subsídios para analisar a controvérsia, o Senado começou a movimentar a discussão sobre a Medida Provisória 1.394/2026, que proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa no país. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) para a realização de audiência pública sobre os impactos econômicos, fiscais e sociais da medida.

O requerimento prevê a participação de representantes do Executivo, especialistas, pesquisadores, entidades de defesa dos consumidores e integrantes dos setores econômicos envolvidos. Na justificativa, Veneziano argumenta que a proibição representa uma mudança significativa no modelo instituído pela Lei 14.790/2023 e que o Congresso precisa avaliar, com base em dados verificáveis, os efeitos sobre o endividamento, a inadimplência, o acesso ao crédito e a saúde das famílias. O senador também defende que o Legislativo participe da construção de soluções antes de decisões judiciais definitivas sobre o tema.

Nos bastidores, senadores do MDB pressionaram pela votação da medida provisória durante a sessão do plenário e defenderam que o assunto seja mantido na pauta para acelerar a instalação da comissão mista responsável por analisar o texto. A movimentação também é vista como uma forma de pressionar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a dar andamento à tramitação. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o Executivo tentará instalar a comissão até o fim de novembro. (**Colaborou Luíza Altoé**)

Antonio Augusto/STF



**Corte analisa decisão que suspendeu liberação da exploração do serviço**

# STF avalia casos de loterias municipais

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem se os municípios têm ou não competência para explorar serviços de loterias, inclusive esportivas. A Corte analisa uma decisão do ministro Nunes Marques, tomada no ano passado, que suspendeu todas as leis e decretos locais de todo o país que autorizavam a exploração desse tipo de serviço. O caso coloca em jogo bilhões de reais, que são movimentados por apostas de cota fixa todos os anos. A ação que discute o tema foi apresentada pelo partido Solidariedade, que é contra leis e decretos municipais sobre a modalidade.

No plenário, nessa quarta, os magistrados ouviram as sustentações orais de advogados e demais representantes de entidades do setor de loterias e de estados e municípios. O julgamento coloca em oposição interesses dos estados e municípios, já que os governos estaduais temem perder receita caso as prefeituras também possam explorar o serviço. Recursos provenientes de loterias, que não vão para os apostadores, são investidos em serviços públicos, como saúde, educação e infraestrutura.

A advogada Renata Pinho Martins, representante do Estado de São Paulo, sustentou que a exploração de loterias por municípios avança sobre a competência da União e dos estados.

Simone Andrea Barcelos, procuradora do município de São Paulo, questionou a legitimidade da ação apresentada para análise do tema, pois as esferas da Justiça estadual não foram superadas. Posteriormente, defendeu que não há sobreposição ao papel do governo central

Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas, representada pela advogada Ana Sofia Cardoso, argumentou que retirar a competência dos municípios para explorar o serviço de loterias prejudica diretamente o financiamento de serviços públicos essenciais. "Essa Corte reafirmou em 2020 que a loteria é um serviço público. A competência legislativa da União se torna abusiva quando impõe aos demais entes uma proibição que a Constituição não lhes vedou. Município coopera com órgãos federais na prevenção à lavagem de dinheiro. É no campo da cidade, da quadra, no posto de saúde, na creche, que o dinheiro da loteria precisa chegar. Por isso, pedimos ao Supremo Tribunal Federal que não tire os municípios deste jogo", afirmou.

Após as sustentações, o ministro Edson Fachin, presidente do STF, suspendeu o julgamento, que será retomado em data ainda a ser definida.